

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

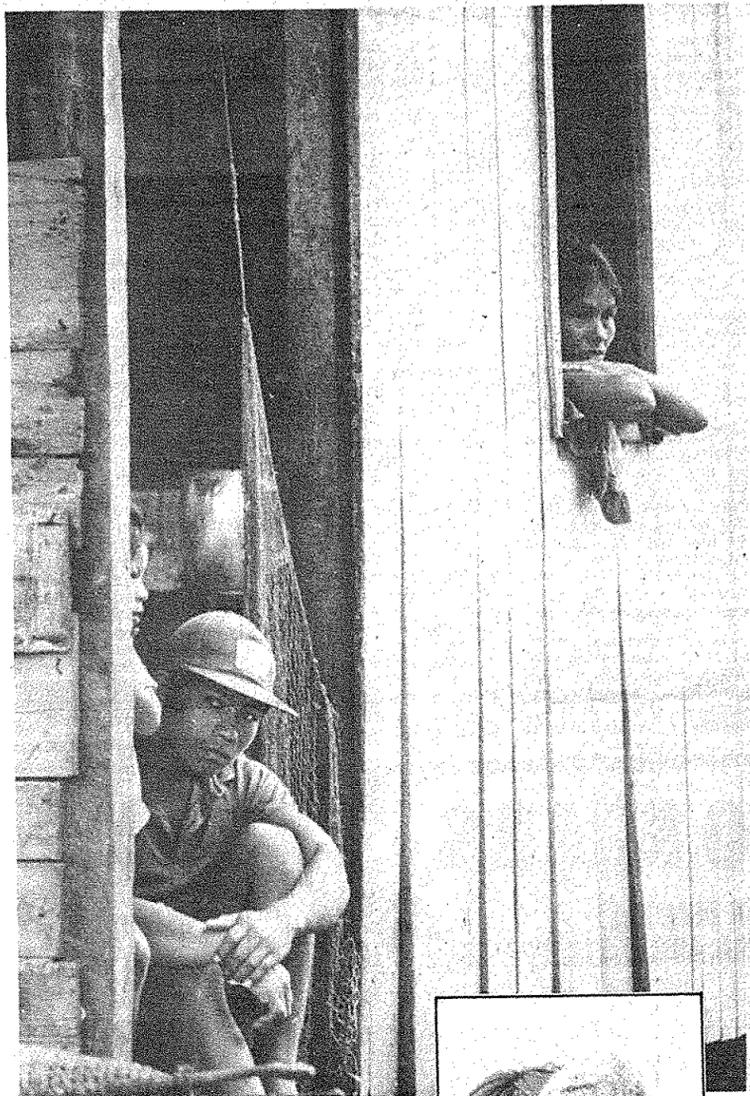
Class.: 147

Data: 15.12.85

Pg.:

# Índios lutam para demarcar reserva no Amazonas

Conflitos envolvem madeireiros, pescadores, seringueiros e fazendeiros, que cobiçam as terras



O constante contato com os brancos e a doutrinação por seitas religiosas estrangeiras têm grande influência no comportamento dos índios da Amazônia, que vivem ao longo das margens do rio Solimões



## Deputados no meio da selva

O primeiro contato direto dos parlamentares com os índios em suas aldeias no meio da selva — só possível com a ajuda da Marinha, que os transportou em um helicóptero — revelou-se cheio de surpresas. A primeira constatação foi que, na realidade, os índios Ticuña e Cokama do alto Solimões não são preguiçosos, como os madeireiros e proprietários rurais quiseram forjar a sua imagem.

Além de se mostrarem gentis e trabalhadores, os Ticuña e os Cokama são, acima de tudo, inteligentes e determinados quanto à necessidade de continuarem a luta pela demarcação de suas terras. Nas três aldeias visitadas — Sapotal, Ourique e Belém do Solimões — os índios trabalham em um sistema de produção coletiva. O produto deste trabalho — cana, banana, milho, mandioca, farinha e frutas — é comercializado pelos próprios índios nas cidades vizinhas de Tabatinga e Benjamin Constant.

Nestas vilas indígenas só não há maior conforto porque os índios encontram uma certa resistência das populações das cidades para a comercialização de seus produtos, que acabam sendo pouco valorizados. Mas fartura de alimentação, esta existe. Além do peixe que retiram dos lagos e rios abundantes na região, eles cultivam em suas roças bem organizadas: milho, mandioca, cana, banana, e uma grande variedade de frutas: jambos enormes, manga, goiaba, fruta-pão e abiu.

MARIA LIMA  
Da Editoria Política

A quase impossível convivência entre índios e brancos já faz parte do processo histórico brasileiro e, neste contexto, a luta às vezes sangrenta pela posse da terra sempre agiu como elemento desagregador mais forte destas duas culturas. Mesmo no seio da selva amazônica, onde imensuráveis extensões de matas e florestas fogem ao controle da imaginação humana, a situação não é diferente. Os conflitos existem e são ainda mais graves que nas demais regiões do País.

No Vale do Javari, na divisa do Brasil com os vizinhos Peru e Colômbia, a má influência da máfia colombiana de tráfico de tóxicos, ameaças de ataques do grupo guerrilheiro colombiano M-19, a doutrinação estrangeira através de seitas religiosas messiânicas e a crescente e descontrolada invasão de madeireiros e pescadores, são apenas alguns dos problemas que tornam ainda mais graves os conflitos já existentes na luta pela demarcação de reservas indígenas situadas nas margens do rio Solimões, reclamada pelas nações Ticuña, Cokama, Kanamari, Marubo, Mayuruna, Mathis e Kurubo.

No Estado do Amazonas, na isolada região do Alto Solimões, existe hoje a maior concentração indígena do País. Ao todo são mais de 25 mil índios distribuídos em oito áreas já delimitadas pela Funai para a nação Ticuña, a maior de todas na região, numa extensão de 1.384 mil hectares, ao longo do Solimões. Estas áreas estão localizadas ao redor das três únicas cidadelas existentes no grande vazio que as separa por 1.200 quilômetros de Manaus e do resto da civilização — Benjamin Constant, Atalaia e Tabatinga, antiga vila militar.

Por serem faixas de terras de mais fácil acesso dentro da mata amazônica, são extremamente cobiçadas pelos madeireiros, pescadores, seringueiros e pequenos proprietários rurais, que com a ajuda das autoridades destas três cidades, se mobilizam contra a demarcação definitiva das reservas indígenas. Do lado dos índios, existem apenas os funcionários da ajudância da Funai na região, que também já se encarregaram de fincar placas do Ministério do Interior na entrada destas áreas, alertando para a delimitação das reservas. A demarcação, agora, depende da conclusão de estudos que estão sendo finalizados pelo "Grupão", formado por técnicos do Minter, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e Funai.

### COMISSÃO DO INDÍO

Depois de receber, em Brasília, um relato da situação, de representantes dos índios e dos madeireiros e pescadores da região do Vale do Javari, o presidente da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados,

Arildo Teles (PDT-RJ), decidiu que só poderia influenciar em uma possível solução para os conflitos entre brancos e índios, assim que tivesse contato direto com estes problemas. Com a ajuda da FAB e da Marinha, decidiu partir para Tabatinga, na divisa com Colômbia e Peru, em companhia dos deputados Gilson de Barros (PMDB-MT), Edson Rodrigues (PFL-MS) e Ricardo Congo Neto (PMDB-MS), também da comissão. Em Tabatinga integraram-se à comitiva o superintendente da Sudepe na região e o prefeito Oscar Gomes da Silva, além do técnico da Funai, Leandro Mendes Rocha.

### AS VERSÕES

Já em Tabatinga, e depois de várias reuniões com os seringueiros, pescadores, representantes das nações indígenas e do clero, Arildo Teles constatou que a situação era mais complexa do que imaginava. Já antevendo as dificuldades que enfrentaria para encaminhar qualquer solução, ele comunicou a todos que ali estava para ouvir e anotar, para, posteriormente, elaborar relatórios que pretende remeter ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, que coordena os trabalhos da Funai.

— Não prometemos resolver todos os problemas — disse —, mas prometo que daqui sairá alguma coisa. Podem ter certeza de que suas vozes serão ouvidas pelas autoridades competentes e haverá consequências. "Não estamos aqui só a passeio", garantiu Teles.

O primeiro encontro dos parlamentares da Comissão do Índio, em Tabatinga, aconteceu na sede da Câmara Municipal, com os pequenos produtores rurais, pescadores, madeireiros e quase todas as autoridades locais, desde o prefeito até os gerentes do Banco do Brasil e do Banco do Desenvolvimento da Amazônia (Basa). Cada um tinha uma versão para indicar os culpados pelos conflitos surgidos na região, provocados pela luta da posse da terra.

Desta reunião, os índios não puderam participar e entre muitas versões, o órgão mais apedrejado foi a Funai. Os fazendeiros não se limitaram a denunciar os problemas com os índios. Eles relataram à comissão que enfrentam problemas com falta de segurança nas fronteiras com os outros países — Peru e Colômbia. "Diariamente enfrentamos problemas com as forças estrangeiras que invadem nossas terras, já que nossas fronteiras estão com as portas abertas. Nós não temos a mesma segurança, no aspecto real, como acontece no Sul maravilha", reclamou o vereador Luiz Atayde.

Quando se referia "às forças estrangeiras", Atayde lembrava do ataque supostamente desfechado pelo grupo guerrilheiro M-19 em Tabatinga,

logo após a visita do presidente José Sarney. Neste ataque foram assassinados um sargento do Exército da Colômbia e um motorista do comandante geral do destacamento sediado em Leticia, cidadezinha colombiana na divisa com o Brasil.

Os fazendeiros acusam também entidades religiosas estrangeiras de estarem se infiltrando no meio dos índios para conseguirem a aquisição de grandes extensões de terras na Amazônia. "Os índios estão servindo de bode expiatório", denuncia o fazendeiro Alfredo Castello Branco. Esta denúncia foi confirmada pelo frei Adalberto Marzi, uma das únicas autoridades locais, que, parece, tem uma posição imparcial com relação aos conflitos hoje existentes entre índios e brancos no Vale do Javari.

Ele conta que várias aldeias indígenas da região vivem hoje sob a influência da "Seita da Cruz", um movimento messiânico que proíbe todos os cultos tradicionais da cultura indígena. "A Cruz está influenciando na cultura do índio brasileiro, porque proíbe as danças, e até obriga as mulheres índias a tomarem banho nos rios de vestido. Por trás desta seita, existem interesses de pastores americanos que estão entrando em Santo Antônio do Içá e comprando grandes extensões de terras", diz frei Adalberto.

Defendendo a criação do "Parque Indígena do Javari", para evitar maiores problemas, frei Adalberto Marzi diz que tem diante de si, na região, duas realidades diferentes: a do índio em busca de autonomia com a demarcação de suas terras, e a do caboclo, originário das aldeias indígenas, já em fase de aculturação e que procura sobreviver junto com as populações das cidades próximas. "A situação dos caboclos está tão ruim como a dos índios", revela.

Os fazendeiros e autoridades de Tabatinga suspeitam de os traficantes de tóxicos baseados na cidade vizinha de Leticia, na Colômbia, estejam influenciando os índios brasileiros a utilizarem suas terras, protegidas pela Funai, para a plantação de epadú, uma planta que serve para a fabricação da cocaína. Com o apoio logístico da Marinha, através do comando fluvial da Amazônia, a Polícia Federal conseguiu localizar nas proximidades da aldeia Ticuña de Belém de Solimões uma enorme plantação de epadú, no último mês de agosto.

A operação desencadeada pela Polícia Federal foi cercada de muita violência, como conta o frei Constantino Visintin, responsável pela aldeia Ticuña. Os mais sacrificados, entretanto, foram os caboclos da região, já que os índios tinham a proteção da Funai. Nesta "batida" da PF foram incendiados milhares de pés da erva, mas não conseguiram descobrir para quem a droga era vendida, nem o envolvimento dos índios brasileiros.

## Avanço cultural é significativo

Todas as aldeias Ticuña possuem uma escola. Os professores são pagos pela Funai e desde a idade de sete anos os indiozinhos começam a ser alfabetizados. Em algumas destas escolas, além do português, o idioma ticuña também é ensinado, por professores da aldeia. O bispo da prelazia de Tabatinga, dom Adalberto Marzi, diz que o avanço cultural dos índios da região do Alto Solimões é significativo: "Aqui no Vale do Javari 22 índios conseguiram se formar. Em nenhum lugar do Brasil ocorreu isto antes", afirma.

Um exemplo disso é o índio Paulo Mendes, da aldeia de Ourique, um dos maiores líderes indígenas da região, que junto com o coordenador da União das Nações Indígenas do Amazonas, Alvaro Tucano, relatou à Comissão do Índio os problemas e

conflitos pela posse da terra no Vale do Javari.

Com uma visão política clara e objetiva, Alvaro Tucano diz que "existe no Vale do Javari um jogo político mais sério do que se imagina. Os índios sempre serviram como objeto de interesses pessoais de terceiros. Eles querem continuar explorando o índio, mas o índio hoje é mais inteligente e não deixa enganar".

Ele revela que existe por parte das autoridades de Tabatinga, como do resto do País, um interesse em configurar a extinção dos índios, dizendo que índio não existe mais, que portanto não se justifica a demarcação de suas terras. "Desde que o índio tem um par de sapatos, usa relógio e sai por aí bebendo cachaca, para os brancos eles deixam de ser índios. Mas nós temos nossos princípios filosófi-

cos que vão continuar existindo, aqui na terra ou no céu", diz Alvaro Tucano.

Um dos motivos principais dos conflitos entre índios e pescadores, é a invasão dos lagos para a pesca predatória, com instrumentos proibidos. Nas aldeias Cokama e Ticuña estão os lagos mais piscosos. Eles não permitem, porém, que os pescadores se utilizem de tais instrumentos para a pesca predatória. Os Cokama fazem questão de frisar que não admitem a exploração dos lagos e das matas para fins de comercialização.

— Nós adoramos como verdadeiros santuários nossos lagos, matas e igarapés. Por causa da invasão dos pescadores, não estamos encontrando peixes nem para comer — denuncia Iraci Cokama, da aldeia de Sapotal.